



ATA DE REUNIÃO

Título	2ª Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2021
Data	13/04/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom
Participantes	Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva José Carlos Albino Andréia Consoladora Vargas Ricardo Toffani Santana Helena Machado Medina Joao Gilberto Aborgast Fontoura Fabiana Magalhães Schneider Marcelo Roberto Model Nepomuceno
Imagens	

APRESENTAÇÃO E ABERTURA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

A reunião foi aberta pela Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, presidente da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que inicialmente deu as boas vindas aos presentes.

DELIBERAÇÕES

- O Cel. Albino inicia a reunião retomando os encaminhamentos da reunião anterior:

- Convidar o Marcelo da assessoria de imprensa;
- Arbogast ficou empenhado de fazer alguns projetos de melhor acessibilidade no Tribunal;
- Convidar as Auditorias de Passo Fundo e Santa Maria para participarem da reunião.
- Somente a auditoria de Santa Maria se fez presente;
- Encaminhamento de cursos;
- As minutas de resoluções elaboradas pela Sra. Helena.
- Pauta, o planejamento de ações da comissão para 2021 bem como uma discussão sobre investimentos em acessibilidade já realizados no último período.

E então, a Desembargadora Militar Maria Emília expõe partes da pesquisa da Sra. Helena elaborada juntamente com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. E em seguida, sugere que se façam ilustrações sobre acessibilidade e passando a palavra para o assessor de imprensa Marcelo Nepomuceno.

O mesmo relata que teve acesso à pesquisa da Sra. Helena. Marcelo sugere que seja feito um trabalho sobre sinalização para que o prédio do Tribunal de Justiça Militar tenha maior acessibilidade para portadores de deficiência, para que isso ocorra, a estrutura do prédio precisa ser melhor estudada. E também considerou um vídeo ilustrativo para ser divulgado externamente e internamente no Tribunal.

Marcelo conta que no prêmio “Qualidade”, organizado pelo CNJ o Tribunal costuma não pontuar, pois em suas sessões de audiências, julgamentos e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

eventos públicos tendo em vista que o Tribunal nunca atendeu termos, como: profissional de Libras, áudio descrição, e etc... O mesmo encerra sua fala.

Desembargadora Militar Maria Emília sugere compartilhar os projetos, serviços e temas elaborados durante a reunião do comitê e no site do Tribunal, e também sugere que seja levado para outras auditorias a questão das ilustrações sobre acessibilidade.

Então a Sra. Fabiana, integrante da Auditoria de Santa Maria, diz que no local não tem muitas ações para acessibilidade e também relata que a infraestrutura do prédio da Auditoria é bem limitada para projetos para maiores projetos, como: Elevadores para cadeirantes, banheiro mais acessível, etc... Desembargadora Militar Maria Emília pede à Fabiana que faça uma espécie de desenho, um mapa da Auditoria de Santa Maria, para que a comissão possa pensar e trabalhar em projetos com base na estrutura do local. Após o pedido, os integrantes debatem projetos nos banheiros da Auditoria, para que fique mais acessível, durante a discussão há a ideia de colocar outros televisores nas Auditorias de Passo Fundo e Santa Maria.

A palavra é passada para o Arbogast para que o mesmo te sua palavra sobre os projetos de obras que ele mesmo elaborou. Arbogast mostra diferentes projetos para acessibilidade na entrada do TJM, como: Elevador para que pessoas cadeirantes possam ingressar pela frente do Tribunal, tendo em vista que atualmente os cadeirantes entram pelas portas dos fundos do Tribunal. Os integrantes discutem as melhores possibilidades. O Coronel sugere que seja feito primeiramente uma rampa, por questão de praticidade, tempo e econômico. O grupo entra em um consenso para que seja colocado os dois projetos dentro do planejamento estratégico: A rampa e o elevador. Logo após os integrantes comentam sobre a construção do piso tátil antes que volte o presencial no e a rampa. Tendo em vista que partes dos projetos já foram aprovados. O piso deve ser implementado também nas auditorias de Passo Fundo e Santa Maria. As obras serão encaminhadas via SEI, dizendo que foi aprovado pela comissão. Em primeiro momento e importante ainda esse ano fazer as rampas no TJM.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

O último encaminhamento é sobre as minutas de resolução elaboradas pela Sra. Helena, a mesma relata que já enviou o documento via WhatsApp para o comitê.

Desembargadora Militar Maria Emília se disponibiliza para juntar e adaptar à resolução que será encaminhada para o Presidente.

ENCERRAMENTO

A Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva questiona se é não é viável colocar o piso tátil para esse ano até voltar o presencial. No final da reunião, o Cel. Albino junto com o Arbogast vão encaminhar um SEI para Direção-Geral, com projetos já deliberados na comissão e aprovados. Dando sequencia ao que já foi discutido no primeiro encontro, foi deliberado que a Assessoria de Comunicação do TJM irá elaborar ações de sinalização apontando para melhorias estruturais já finalizadas nas unidades da JME. Caberá à Ascom ainda um estudo mais aprofundado de produção de conteúdo voltado à acessibilidade, a ser veiculado no site, nas redes sociais e nos monitores disponíveis no prédio do TJM.

Metas para a próxima reunião:

- Convidar o Diretor-Geral da TJM, para participar da próxima reunião;
- Fazer contato com as auditorias de Passo fundo;
- Elaboração de uma resolução;

Por fim, agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando os trabalhos às 11h, mandando que fosse lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.